

## A juvenilização na/da EJA e suas implicações no Currículo escolar

Luís Carlos Ferreira <sup>1</sup>  
Iara Santos Vieira <sup>2</sup>  
Édmara Silva de Souza <sup>3</sup>

**Resumo:** A Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma modalidade de ensino que visa a garantir o direito à educação para aqueles que foram marginalizados, esquecidos pelas políticas públicas no ensino regular, resultando na evasão escolar na infância e adolescência. Assim, o propósito do texto é discutir a presença da maioria de pessoas jovens na EJA dos municípios do Maciço de Baturité, no Ceará. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de cunho descritivo-interpretativo com base na análise dos dados do Censo da Educação Básica (INEP/MEC) nos anos de 2018 a 2022, complementada por relatos dos estudantes da EJA. As falas selecionadas subsidiaram as categorias de análise e discussão. A base teórica procede de Carrano (2007), Sposito (2003) e Ferreira (2020). Dessa maneira, o retorno da maioria jovem na EJA se justifica pelo fracasso escolar e intenção de melhoria de vida, sonho e desejos de transformação por meio dos estudos.

**Palavras-chave:** Juventude; Educação de Jovens e Adultos; Formação Humana.

### Youth in eja and its implications in School curriculum

**Abstract:** Youth and Adult Education (EJA) is a teaching modality that aims to guarantee the right to education for those who have been marginalized, forgotten by public policies in regular education, resulting in school dropout in childhood and adolescence. Thus, the purpose of the text is to discuss the presence of the majority of young people in the EJA in the municipalities of Maciço de Baturité, in Ceará. The research is characterized as qualitative with a descriptive-interpretative nature based on the analysis of data from the Basic Education Census (INEP/MEC) in the years 2018 to 2022, complemented by reports from EJA students. The selected statements supported the analysis and discussion categories. The theoretical basis comes from Carrano (2007), Sposito (2003) and Ferreira (2020). In this way, the return of the young majority to EJA is justified by academic failure and the intention to improve their lives, dreams and desires for transformation through studies.

**Keywords:** Youth; Youth and Adult Education; Human Training.

### La juvenilización en/de la EJA y sus implicaciones para el currículo escolar

<sup>1</sup> Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades (UNILAB) e Professor Adjunto do curso de Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2695-6206>, e-mail: [luisferreira@unilab.edu.br](mailto:luisferreira@unilab.edu.br)

<sup>2</sup> Estudante de Licenciatura em História pela Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB/CE). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5829-9459>, e-mail: [iaravieira@aluno.unilab.edu.br](mailto:iaravieira@aluno.unilab.edu.br)

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB-CE, Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6042-2246>, e-mail: [edmarasouza@aluno.unilab.edu.br](mailto:edmarasouza@aluno.unilab.edu.br)

**Resumen:** La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) es un tipo de educación que tiene como objetivo garantizar el derecho a la educación de aquellos que han sido marginados, olvidados por las políticas públicas en la educación regular, lo que resulta en el abandono escolar en la infancia y la adolescencia. Así, el objetivo de este texto es discutir la presencia de una mayoría de jóvenes en la EJA en los municipios del Macizo de Baturité, en Ceará. La investigación se caracteriza por ser cualitativa y descriptivo-interpretativa, basada en el análisis de los datos del Censo de Educación Básica (INEP/MEC) de 2018 a 2022, complementado por los informes de los estudiantes de la EJA. Los enunciados seleccionados subsidiaron las categorías de análisis y discusión. La base teórica proviene de Carrano (2007), Sposito (2003) y Ferreira (2020). De esta forma, el retorno de la mayoría de los jóvenes a la EJA se justifica por el fracaso escolar y la intención de mejorar sus vidas, sueños y deseos de transformación a través del estudio.

**Palabras-clave:** Juventud; Educación de jóvenes y adultos; Formación humana.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como uma garantia do direito à educação para aqueles que não puderam concluir seus estudos no ensino fundamental ou médio regular, cujas perspectivas e desafios compõem parte da trajetória desses atores sociais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), homologada em 1996, estabelece no Artigo 37, que a educação de jovens e adultos é reservada às pessoas que não tiveram oportunidade ou acesso à escolaridade na idade considerada própria, constituindo uma aprendizagem ao longo da vida.

O Parecer CNE/CEB Nº 11/2000, aprovado em 5 de abril de 2000, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e apresenta as três funções básicas para a Educação de Jovens e Adultos - reparadora, equalizadora e qualificadora. Destaca-se, no estudo, a função qualificadora cujo sentido consiste na lógica do aprender por toda a vida e não de que a escola deve ensinar o tempo todo!

Com isso, admite-se que o conhecimento vai muito além do ensino formal e a escola deve, ao mesmo tempo, reinventar seu currículo e construir ecossistemas educativos (Candau, 2000) enquanto possibilidades de superação de práticas pedagógicas conservadoras e tradicionais que distanciam os jovens do processo pedagógico.

O parecer ainda afirma que há muitos jovens na condição de desemprego e vulnerabilidade, agravadas pelas situações de precariedade, mas que encontram nos espaços da EJA uma forma de melhoria das condições de vida e futuro. No caso, existem muitos outros motivos pelos quais os

jovens não puderam continuar sua jornada escolar e concluir a escolaridade na idade considerada própria, a exemplo da entrada precoce no mercado de trabalho para ajudar nas despesas de casa e da família, gravidez na adolescência, composição de renda além de questões de assédio, bullying, discriminação, preconceito, racismo entre muitas razões para o abandono antes do término do ciclo escolar.

A descontinuidade ou interrupção da jornada de nove anos<sup>4</sup> na escola tem contribuído negativamente para a formação de uma geração que vai em busca da escola de jovens e adultos num outro tempo da vida. Ao mesmo tempo, essa juventude concorre com a redução gradativa de turmas e oferta de vagas para a modalidade no Brasil, sinônimo da redução por gotejamento<sup>5</sup> (Ferreira e Araújo, 2024), conforme os dados dos últimos anos do Censo da Educação Básica (INEP/MEC).

Os desafios impostos à escola se refletem nos profissionais da educação que precisam estar sempre atentos a essas adversidades vividas no cotidiano das práticas pedagógicas, sobretudo com formação continuada de professores que subsidie o suporte necessário. Para Carrano (2007) trata-se da reflexão acerca da juventude da classe trabalhadora pois

nem todos os jovens vivem a sua juventude como uma situação de trânsito e preparação para as responsabilidades da vida adulta. Os educadores precisam, então, estar atentos à pluralidade de situações e trajetórias labirínticas que configuram um quadro múltiplo dos modos de viver a "transição da vida adulta". Isso significa dizer, por exemplo, que para jovens das classes populares as responsabilidades da "vida adulta" chegam enquanto estes estão experimentando a juventude. (CARRANO, 2007, p. 05).

Para muitos jovens e adultos da classe popular, a juventude consiste em uma fase da vida em que, muitas vezes, têm de decidir entre os desafios de estudar *versus* trabalhar ou vice-versa. Em contrapartida, as necessidades do trabalho sobrepujam a escola em muitos aspectos e, não por acaso, resulta na evasão escolar decorrente do abandono precoce das salas de aula para auxílio e/ou composição da renda familiar.

---

<sup>4</sup> Os dados do Itaú Social mostram que somente 50% das crianças concluíram o ensino fundamental nos nove anos de tempo escolar, enquanto que no ensino médio, a taxa reduz para 40% dos jovens na idade e tempo regulares.

<sup>5</sup> A expressão deve-se à gradativa diminuição de matriculados na educação de jovens e adultos ano a ano, apresentada pelo Observatório Vozes da EJA Brasil - África e pela pesquisa com financiamento da Funcap para o desenvolvimento de estudos direcionados à modalidade na região do Maciço de Baturité.

A educação de jovens e adultos se torna uma política de reparação às vítimas do abandono e exclusão escolar que não pode ser analisada de forma isolada, mas interseccionada a outras políticas integradas às garantias do direito à aprendizagem como a saúde, direitos humanos, inclusão e cidadania, entre outras.

Em função disso, o propósito do texto é discutir a presença da maioria de pessoas jovens na EJA dos municípios do Maciço de Baturité, no Ceará, considerando as implicações no currículo escolar. Para isso, a questão norteadora do estudo consiste em saber quais as relações e implicações dos jovens e da juventude no contexto curricular e cotidiano das escolas da modalidade de EJA das áreas rurais, na região do Maciço de Baturité, no Ceará?

Ao traçarmos a finalidade do estudo, destacamos o processo de juvenilização da modalidade no Brasil, concentrada entre as idades de 20-24 anos, de 2018 a 2022 dos treze municípios - Acarape, Aracoiaíba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, na região do Maciço de Baturité, localizada no interior do estado do Ceará.

No limite do texto, esperamos que a educação de jovens e adultos sirva para as pessoas como uma ferramenta de superação das desigualdades sociais interpostas à formação dos sujeitos trabalhadores e cidadãos do mundo que buscam uma das garantias básicas e fundamentais à vida: direito a ter direito à escola!

## 2 METODOLOGIA

O estudo de natureza qualitativa está pautado na pesquisa descritivo- interpretativa da juvenilização da EJA com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP/MEC) referentes aos anos de 2018 a 2022. A produção dos dados versa sobre a análise e estratificação dos dados do censo a serem complementados por relatos dos estudantes da modalidade, de uma das escolas do município de Redenção.

Segundo Gil (2008, p. 42), a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação

entre variáveis". Dessa maneira, é feita uma coleta de dados por meio de entrevistas, para logo após realizar a transcrição, interpretação e categorização.

Com base no Censo Escolar da Educação Básica de 2018 a 2022, foram selecionados os 13 (treze) municípios do Maciço de Baturité e os dados de idade e quantidade de pessoas entre a faixa etária de 20 a 24 anos, estratificadas e interpretadas. A filtragem dos dados em planilha de Excel resultou na produção de gráficos para comparação entre os municípios, possibilitando identificar aumento ou retração nas matrículas dos jovens ano a ano, da pesquisa.

Como complemento, a pesquisa conjugou as falas dos estudantes da EJA de turmas da EJA do município de Redenção, por atender à modalidade e estar situada nas proximidades da sede da universidade. Os estudantes-jovens da EJA foram procurados no segundo semestre de 2022 para responderem: 1. Quais os motivos para a interrupção dos estudos no ensino fundamental da escola regular e para o retorno à escola, em turmas de educação de jovens e adultos? 2. O que buscam com a retomada dos estudos e o que esperam da conclusão dos estudos na EJA?

Na seleção das falas, registram-se nesse trabalho, apenas 2 (dois) depoimentos sem identificação dos participantes, gravados em áudio e transcritos, que serviram de interpretação e seleção das categorias - esperança, trabalho, sonho - recorrentes nos áudios tratados. A análise dos registros gravados dos estudantes-jovens da modalidade, permitiram a interpretação do conteúdo e posterior discussão a ser apresentada adiante.

### 3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A escolha pelo Censo Escolar da Educação Básica como instrumento de coleta e análise dos dados, deve-se às informações completas da educação básica em pesquisa estatística que abrange tanto etapas quanto às modalidades das redes estaduais e municipais de ensino. Desse modo, extraímos as informações de monitoramento e avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relacionadas às políticas de educação e ações dos governos estaduais e municipais no desenvolvimento da educação no país.

Nesse sentido, o estudo recorreu aos resultados das "Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais" cujo quantitativo está expresso na Sinopse Estatística da Educação Básica, contendo

as planilhas com arquivos contendo os resultados apresentados por todas as redes de ensino do país. No caso, é preciso dizer que as informações apresentadas no censo fazem parte da coleta anual que os estados e municípios preenchem com dados detalhados acerca da rede de ensino, possibilitando um "retrato" das condições de oferta da educação de jovens e adultos prestadas ao Ministério da Educação até o mês de julho de cada ano para que as informações sejam validadas na plataforma nacional.

No estudo, os dados recolhidos fizeram parte da coleta do censo nos anos de 2018 a 2022 com base nas informações específicas da coluna 1.35 que trata do "Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por Etapa de Ensino participam do cotidiano escolar. Nas palavras de Sposito (2003) temos: Federação e o Município". Outras informações desdobradas foram: 1.36. Matrículas na zona urbana e rural; 1.37. Número de Matrículas discriminados por Sexo e Cor/Raça; 1.38. Número de Matrículas e Faixa Etária (Até 14 anos; 15 a 17 anos; 18 a 19 anos; 20 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 anos ou mais).

A última categoria (1.38) foi a que importou maior tratamento dos dados e análise das informações, pois referiam-se às idades dos estudantes da EJA, norteadoras da pesquisa. A faixa etária selecionada no estudo foi de 20 a 24 anos, pois fez parte da concepção adotada de juventude, considerando o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), embora a legislação trate o espectro de 15 a 29 anos para definir a idade cronológica do jovem.

Em se tratando da educação de jovens e adultos nos 13 (treze) municípios do interior do Ceará, pode-se afirmar que a maior predominância de jovens (20-24 anos) esteve concentrada no ano de 2018, cujas matrículas no município de Baturité acumularam um total de 241 jovens matriculados na modalidade, cerca de 34% do total de 695 jovens somados em todos os municípios da região.

**Figura 1** – Percentual de faixa etária de 20 a 24 anos



**Fonte:** Censo da Educação Básica de 2018 (INEP/MEC)

Ao compararmos as matrículas do ano de 2018 e 2022, pode-se perceber a discrepância no número de jovens na EJA entre os dois períodos. A presença de jovens diminuiu bastante nos anos de 2021 e 2022 se comparados com os anos de 2018 e 2019.

Na cidade de Baturité, em 2022, as matrículas chegaram a 155 jovens, representando uma queda em relação ao mesmo município no ano de 2018, dito anteriormente, que matriculou 241 jovens. Ainda assim, o município de Baturité continuou na liderança dos que mais matricularam jovens, conforme o Gráfico 05. No entanto, o município de Mulungu matriculou apenas um estudante jovem no ano de 2018 e, no ano de 2022 aumentou para quatro jovens.

**Gráfico 1** – Percentual de Jovens em 2022 - 20 a 24 anos



**Fonte:** Censo da Educação Básica de 2022 (INEP/MEC)

Uma consideração importante a ser feita na discussão sobre a juventude da EJA reside na questão dos efeitos da distorção idade-série (ou ano escolar) resultante dos processos de exclusão educacional. Em outras palavras, a situação refere-se aos estudantes tratados como "fora de faixa", àqueles que estão em idade avançada para o ano escolar devido à constante repetência gerada, em muitos casos, pela indisciplina na sala de aula que acarreta na recorrente reprovação e não por acaso, na distorção da idade à devida faixa etária regular.

Nesse sentido, percebe-se que muitos estudantes jovens estão matriculados em turmas "diferenciadas" devido à discrepância entre a idade e o ano escolar sem reconhecerem-se na modalidade de ensino no qual passaram a frequentar, tampouco às condições pedagógicas impostas para a nova etapa escolar (Ferreira, Monteiro, Pereira, 2020).

O fato desses estudantes jovens estarem nas turmas de EJA cuja proposta curricular atende a uma dinâmica própria, faz com que os comportamentos e atitudes do ensino regular sejam 'migrados' para as turmas da modalidade, ou seja, o jovem que apresentou atitudes de pouco interesse pela sala de aula, baixo rendimento, indisciplina no comportamento de lidar com o

professor e demais colegas, somada à frequência irregular no ensino regular agora está em outra modalidade de ensino sem compreender o sentido para a aprendizagem.

Na comparação entre os anos de 2018 e 2022, nota-se uma queda dos números no ano de 2022 em todos os municípios da região, o que abre possibilidades de se extrair da redução por gotejamento, apresentada anteriormente, com a nítida percepção de que a EJA tem sido negligenciada pelas políticas públicas de governo em abertura de menos turmas e escolas com atendimento aos jovens e adultos.

**Tabela 1** – Comparativo de Jovens por Município



**Fonte:** Censo da Educação Básica de 2018 e 2022 (INEP/MEC)

Instigados a aprofundar os dados, surgiram questões e indagações acerca da redução do ano de 2022, pressupondo que o fim da pandemia da Covid-19<sup>6</sup> resultaria no aumento dos

<sup>6</sup> A pandemia de covid-19 foi declarada em 11 de março de 2020 pela OMS, causando milhões de mortes em todo o mundo. Os principais sintomas são febre, tosse seca e falta de ar.

numeros de matriculados. Na análise, constata-se o aumento progressivo, gradativo e não de forma imediata.

Outra hipótese para a redução das matrículas era de que o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) seria responsável por acumular maior quantidade de jovens interessados na realização do exame nacional. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mais de 547 mil pessoas realizaram o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). O Encceja é destinado para jovens e adultos que não concluíram sua etapa escolar e com base na avaliação, a pessoa que alcança o resultado satisfatório em notas definidas para cada disciplina do currículo escolar, pode recorrer à certificação de conclusão dos estudos nas secretarias estaduais e municipais de educação.

Dispensa a análise do quanto o Encceja torna-se um convite para a certificação sem a necessidade do retorno formal aos estudos de modo convencional. Entretanto, a questão fundamental nesse caso, consiste na reflexão acerca da qualidade da aprendizagem e da possibilidade de uma exclusão includente à medida que as condições se tornam favoráveis às pessoas que veem a chance de alcançarem a certificação concorrendo para a reprodução da "certificação vazia" (Kuenzer, 2005) e a continuidade das desigualdades educacionais.

Ao conhecer *in loco* os motivos prováveis para o retorno à escola na modalidade da EJA e as pretensões dos jovens com a conclusão dos estudos, foram selecionados depoimentos de jovens da faixa etária de 20-24 anos que disseram o seguinte:

O que eu espero do, do EJA é que através dele eu possa ter conhecimento, adquirir novos conhecimentos, recuperar um pouco do tempo que deixei pra trás (pausa) e o que me motivou foi buscar educação, conhecimento (pausa) e uma qualidade de vida melhor para mim. (Estudante mulher, 22 anos, Fundamental I)

Os meus pais, porque minha mãe tinha nível superior, meu pai era analfabeto, minha mãe era professora. Eu no momento, eu não concluí meu ensino médio e hoje, aos vinte e três anos, estou concluindo, é, o ensino médio porque era uma grande vontade que eu tinha, porém engravidei na adolescência e não concluí o ensino médio (pausa) e hoje eu faço EJA. Estou concluindo e mesmo com essa idade eu pretendo é, fazer um ensino superior e com ele abrir todos um horizonte de possibilidades pra minha, pro meu futuro, apesar de já ser uma, ter uma idade já não tão jovem. (Estudante mulher, 23 anos, Ensino Médio).

Assim, a aquisição do certificado de conclusão do ensino médio possibilita que o jovem estudante amplie seus horizontes para o mercado de trabalho ou dê continuidade ao universo acadêmico. Percebe-se nas falas desses estudantes da EJA o desejo de não apenas obterem o mérito escolar da certificação, mas de continuarem na busca por melhorias de vida e dignidade humana.

Nas palavras de Ferreira (2024, p. 235) "o certificado escolar carrega uma promessa de recompensa [...]. Na educação de jovens e adultos, o reconhecimento desse tipo de documento oficial pode ser visto como esperança de melhoria das condições de emprego, entre outros". Decerto que apesar das adversidades, o certificado escolar traz para a vida do jovem estudante trabalhador, pobre e da periferia, a conquista de um orgulho pessoal e profissional representado, quase sempre, pela luta por libertação das injustiças de uma sociedade desigual e excludente.

A concepção das políticas de educação para a EJA entre os estados e municípios deve ser pensada de forma interseccionada à outras políticas e direitos pois são inúmeras questões sociais, econômicas, familiares e culturais que corroboram para a evasão escolar de jovens e adolescentes no ensino regular e, por conseguinte, para a retomada da escolarização na modalidade. Dito de outra forma, a EJA carrega em parte de sua essência as mazelas dos sistemas de ensino que fracassaram com a criança e do jovem na escola tanto na permanência da aprendizagem como na formação do sujeito-cidadão do mundo.

Nesse sentido, novas culturas e pedagogias surgem para o repensar os espaços escolares, seus currículos e práticas de ensino, como mostram Miron e ScharDOSim (2021) ao afirmarem que "(...) a EJA ganhou outros moldes e passou a incorporar novas realidades referentes aos sujeitos que passam a compô-la, às práticas pedagógicas, ao currículo, entre outros aspectos." (MIRON; SCHARDOSIM, 2021, p. 38).

A desigualdade escolar e social faz com que a defasagem entre os jovens em idade escolar esteja cada vez mais evidente. A escola evidencia as diferenças culturais e econômicas e exige o mesmo currículo opressor e hegemônico da escola conservadora, tradicional e de pouca expressão e interesse pela criança, como pode ser visto na linguagem, na escrita, no modo impositivo de lidar com as culturas produzidas pelos jovens no cotidiano.

Arriscamos dizer que os jovens da EJA que passaram pelo ensino regular não foram e nem se sentiram acolhidos na escola, devido aos cenários de aprendizagem que mais reproduzem a

escola da criança. Com currículos centralizados e formais, mantida pelos moldes tradicionais, a escola tem sido pouco atrativa para as demandas culturais que atravessam as salas de aula e, no caso da educação de jovens e adultos, também não é diferente. A escola para os que retornam em busca de aprendizagem e conclusão do processo de escolarização não deve ser a mesma encontrada na escola que os impediu de continuar os estudos.

Sposito (2003, p. 222) defende que “é preciso considerar que a pesquisa sobre a vida escolar em seus elementos não escolares exige um conhecimento mais denso dos sujeitos – nesse caso adolescentes e jovens – que ultrapasse os limites de sua vida na instituição”. Significa dizer que as marcas da exclusão educacional via sistema escolar, jamais podem ser naturalizadas e esquecidas pelas redes de ensino que oferecem a modalidade de EJA, o que pode parecer óbvio se não fosse a reprodução pedagógica e educacional da escola convencional para os sujeitos jovens, trabalhadores, criativos e criadores de culturas e mundos.

### 3.1 Os jovens da EJA ou a EJA dos jovens?

A presença dos jovens na Educação para Jovens e Adultos (EJA) se torna cada vez mais frequente e isso não é novidade! Uma modalidade que inicialmente foi pensada para alfabetizar o público adulto precisou adaptar seu currículo para atender uma faixa etária que carrega consigo modos de viver e agir complexos e distintos. Assim, pensar uma educação para jovens e adultos ou para mais jovens que adultos significa repensar o currículo escolar e incluir diretrizes que foquem nas distintas presenças na EJA.

Antes, se faz necessário buscar um estudo conceitual do que é o jovem e qual perspectiva adotada - cronológica e/ou cultural -, significado e presença envolvidos na temática dos movimentos sociais e culturais. Com base nisso, um documento talvez pouco conhecido é o "Estatuto da Juventude", instituído em 05 agosto de 2013, pela Lei 12.852/2013, no qual diz que “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (Brasil, 2013).

O Estatuto visa a promoção e integração dos jovens nos espaços públicos e comunitários, sua participação na formulação de políticas públicas e o respeito a sua autonomia e emancipação.

No que tange ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) verificamos que o termo utilizado em todo o documento é “adolescente” definido para indivíduos entre 12 e 18 anos de idade, sem mencionar a palavra “jovem”, enquanto que a expressão “juventude” aparece sempre associada à Justiça da Infância e da Juventude em todo o corpo do documento. Em outras palavras, arriscamos dizer nos dois documentos mencionados, a juventude extrapola os limites cronológicos em que aparecem demarcadas as idades, no caso da adolescência de 12 - 18 anos ampliando a formação da identidade, na perspectiva social e cultural.

Sobre esse aspecto, Carrano e Sposito (2003) apontam para as fragilidades das políticas e dos direitos ao afirmarem que “se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações” (Carrano e Sposito, 2003, p. 19). Ou seja, parte dos adolescentes ao completarem a maioridade perdem algumas políticas públicas a que eram destinadas a esse público e, em contrapartida, têm acesso a outros direitos e participam de outros programas<sup>7</sup>.

Antecipamos que, no caso da modalidade de educação de jovens e adultos na região do Maciço de Baturité, no interior do Ceará, o público consiste em filhos de trabalhadores brasileiros, agricultores e proletários que, em sua maioria, não concluíram o ensino fundamental e médio e agregam parcelas de analfabetos no Brasil. Sampaio e Hizim (2022) afirmam que “as taxas de analfabetismo da geração de mais de 50 anos são 15 vezes superiores à taxa da geração de 15 a 29 anos de idade” (Sampaio e Hizim, 2022, p. 277). Então, apesar dos avanços paulatinos que a alfabetização alcançou, as políticas públicas ainda não atingiram toda a população, sobretudo os idosos analfabetos.

Dessa forma, os estereótipos que abarcam os jovens da classe popular devido à baixa escolaridade e situação econômica precária dos pais podem contribuir negativamente para os processos de discriminação e exclusão situados dentro ou fora da escola. No entanto, não se pode dizer que a escolaridade dos pais e a sua posição na classe social servem como uma marcação tampouco de destino dos jovens.

<sup>7</sup> A exemplo do Programa Identidade Jovem (ID Jovem) direcionado a meia entrada de jovens de baixa renda em eventos culturais e esportivos, como estabelecido no Decreto No. 8.537, de 2015.

Entre os vários desafios, sublinhamos que as juventudes na contemporaneidade são diversas e plurais, entrelaçadas em questões que extravasam sentidos e dialogam com diferentes campos sociais e culturais que participam do cotidiano escolar. Nas palavras de Sposito (2003, p. 221) temos:

O novo público que frequenta a escola, sobretudo adolescente e jovem, passa a constituir no seu interior um universo cada vez mais autônomo de interações, distanciado das referências institucionais, trazendo novamente, em sua especificidade, a necessidade de uma perspectiva não escolar no estudo da escola, a via não escolar.

Por conseguinte, são esses os jovens EJA que, na modalidade, veem a escola como um passaporte de futuro e de oportunidades tanto nas condições de emprego como na conclusão da formação escolar. Nesse sentido, a EJA tem se convertido num campo de ensino plural e diversificado em que as diferentes culturas interagem, dialogam e se integram ao convívio social, sobretudo, nas práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano.

Nessa perspectiva, é notável trazer Paulo Freire (2011) que nos permite refletir o quanto fundamental é entendermos o significado das culturas cotidianas ao dizer que "as experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significações" (Freire, 2011, p. 20).

Pensamos que o currículo da EJA deve ser heterogêneo e progressista, para que, assim, os saberes de cada educando tenham espaço na sala de aula. Diferente do modelo hegemônico de reprodução da escola da criança, é preciso desconstruir o formato de resultados do aprendizado focados nas avaliações internas e externas assim como nos índices das instituições pois esses elementos contraditórios implicam na continuidade da exclusão dos saberes populares como da negação dos direitos civis e políticos.

Ao fugir de um ensino tradicional e eurocêntrico a EJA assume seu caráter de espaço plural que contempla todas as experiências, culturas e vivências dos alunos, oferecendo ambientes de socialização e debates coletivos. Neste cenário, recorremos a Carrano (2007) que aponta que as instituições focam apenas nas ofertas de conteúdos formais, não despertando o interesse dos jovens. Isso acarreta num espaço pouco aberto para criação de um ambiente que favoreça todas as experiências que os jovens e adultos carregam.

É fundamental que os currículos e as políticas estejam integrados às vivências dos jovens e adultos da EJA e que ultrapassem os muros das instituições. Ao reconhecermos, somamos esforços na produção de ecossistemas educativos (Candau, 2000) e na concepção de escola enquanto arena cultural ou mais ainda, um espaço de diálogo entre as culturas. Dessa forma, é preciso abrir espaço de discussão e troca de conhecimentos em sala de aula para que cada jovem e adulto tenha oportunidades de compartilhar e levar seus saberes para dentro das instituições de ensino.

### 3.2 A juventude da EJA no Maciço de Baturité, Ceará

O termo “Maciço do Baturité” vem de uma região situada no contexto geológico formado por rochas ígneas, sedimentares e metamórficas, localizado no sertão central cearense cujos municípios que compõem a região são: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, envolvidos por área de proteção ambiental da serra de Baturité, no estado do Ceará.

Em relação à EJA na região, estudos do "Observatório Vozes da EJA Brasil - África"<sup>8</sup> indicam que alguns municípios caminham na contramão dos dados de redução das matrículas na modalidade, como é o caso de Aratuba, Aracoiaba, Acarape e Mulungu. Esses municípios têm apresentado um vertiginoso crescimento das matrículas e aumento na oferta de turmas, ano a ano, conforme o Gráfico 1.

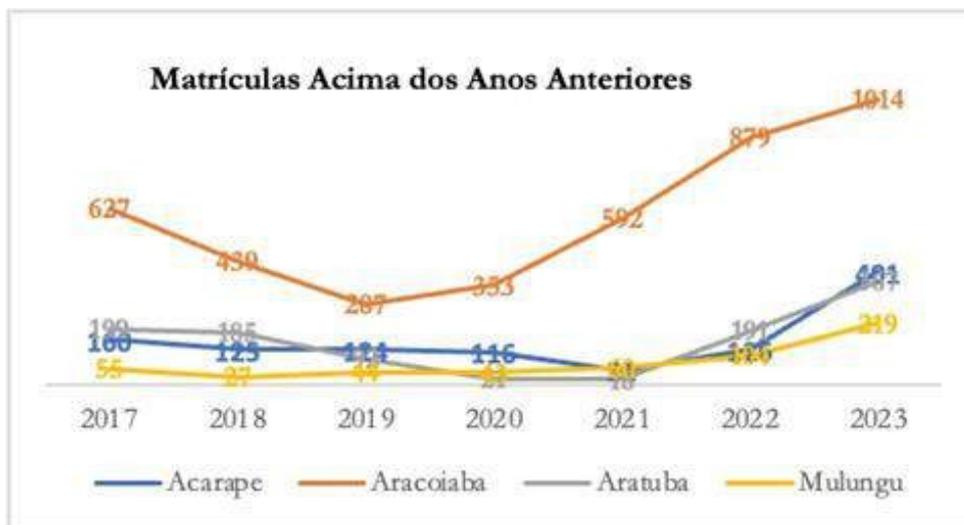
No entanto, os municípios de Guaramiranga, Barreira, Baturité, Palmácia, Itapiúna, Pacoti, em 2022, apresentaram aumento em relação ao ano anterior (2021) e acreditamos que os números tendem a aumentar no Censo da Educação Básica do ano de 2023, considerando os esforços manifestados in loco pelas secretarias municipais de educação (Gráfico 3).

Dos municípios que apresentaram resultados melhores no desempenho das matrículas destacamos Ocara e Capistrano que, em 2023, dá indícios de empenho nas matrículas da modalidade para os próximos anos, conforme aponta o Gráfico 2.

---

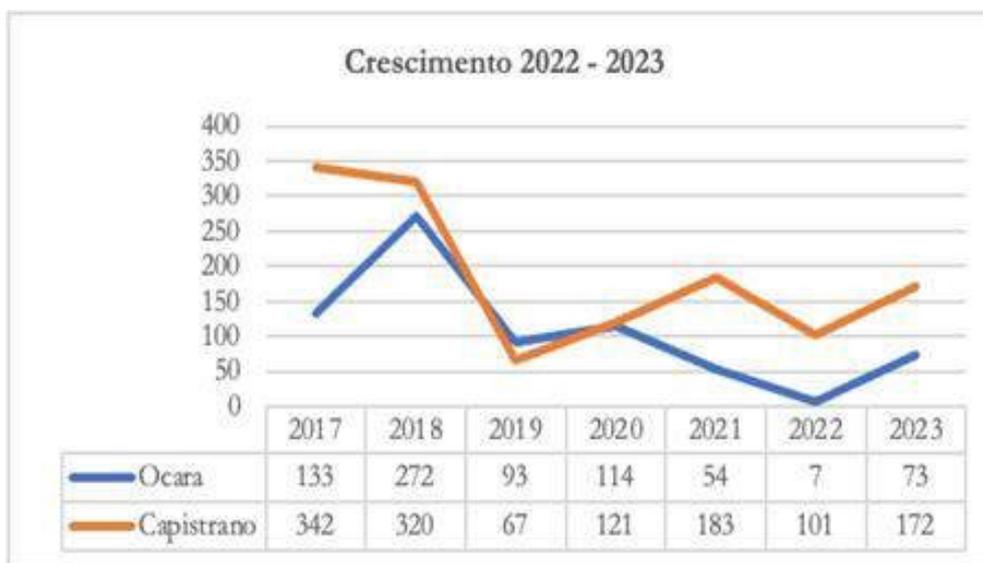
<sup>8</sup> O observatório é um grupo de pesquisa que tem debruçado os estudos nos dados do Censo da Educação Básica nos anos de 2017 a 2023, além de atuar in loco nas secretarias municipais da região por meio dos estágios curriculares na modalidade, obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia e também por conta da Formação Continuada de Professores oferecida pelo observatório aos municípios da região interessados.

**Gráfico 1.** Municípios com matrículas elevadas



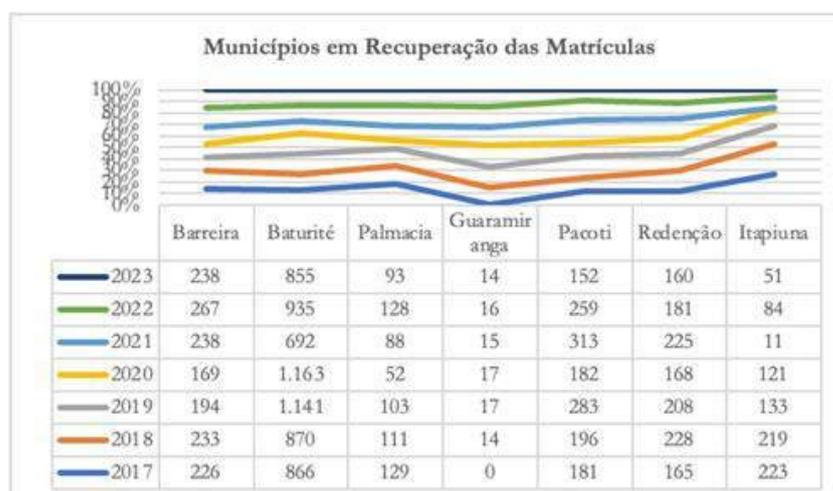
Fonte: Censo da Educação Básica (INEP/MEC).

**Gráfico 2.** Municípios com matrículas em crescimento em 2023 comparado ao ano anterior



Fonte: Censo da Educação Básica (INEP/MEC).

**Gráfico 3.** Municípios com matrículas em crescimento em 2022 comparado ao ano anterior (2021)



**Fonte:** Censo da Educação Básica (INEP/MEC).

Adiantamos que, em 2022, a mudança de governo nas urnas com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva tem dado mostras de retorno aos esforços com a expansão educacional, sobretudo na educação de jovens e adultos. Assim, tivemos a retomada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) no primeiro ano do mandato de Lula, extinta no governo anterior com cortes no repasse financeiro para a modalidade.

Nesse sentido, as metas e os objetivos fixados para a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar que não foram cumpridos pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), indicam novas perspectivas de melhoria do quadro atual. Isso porque foi lançado o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos com recursos financeiros, investimentos em formação de professores, programas e ações voltadas para a modalidade no sentido de erradicar o analfabetismo e aumentar a escolaridade da população.

O programa do governo federal "Pé-de-Meia"<sup>9</sup>, implementado em 2024, também faz parte da política de incentivo e assistência aos jovens estudantes que tenham entre 14 e 24 anos no ensino médio ou 19 a 24 anos na EJA, sejam estudantes de baixa renda cadastrados no cadastro único e ter 80% de frequência mínima a cada mês.

Além disso, os recursos financeiros para as matrículas da EJA foram equiparados ao fator de ponderação 1,0 em relação às matrículas no ensino regular. No caso, os recursos investidos na modalidade com a mesma ponderação das classes regulares é um grande incentivo para que as prefeituras sintam-se provocadas a aumentarem a oferta de vagas e turmas para os jovens e adultos, sobretudo idosos, como parte da realidade constatada in loco em muitos municípios da região.

No caso das matrículas destinadas à população madura e idosa, percebemos que o cenário da modalidade nesses municípios está baseado na inversão da lógica das matrículas para as crianças. Diferente do que acontece no ensino regular em que a busca por direitos da criança e adolescente às salas de aula pelos pais e responsáveis que procuram os órgãos competentes para o direito à matrícula como o Ministério Público, Secretarias de Educação, Conselho Tutelar entre outros, na EJA isso não acontece!

No que se refere à situação de redução de vagas ou falta de escolas, acesso e permanência na EJA, percebe-se de um lado, a negligência das políticas de alguns estados e municípios que negam o direito à educação à população adulta; de outro, a estagnação das pessoas às condições impostas, em sua maioria, trabalhadores em situação de informalidade, vulnerabilidade social, baixa escolaridade que constituem a modalidade, como nos chama a atenção Di Pierro (2023).

Ainda no que se refere às ações implementadas pelos municípios da região do Maciço de Baturité, Ceará, para o aumento e crescimento das matrículas na modalidade está a abertura de turmas multisseriadas em ambientes alternativos diferentes das salas de aula convencionais. Trata-se de analisarmos em produções futuras o processo de desterritorialização da escola, ao adotar espaços outros de ensino e aprendizagem como os alpendres e as cozinhas das casas dos professores e/ou dos próprios alunos para que as aulas aconteçam de forma mais acolhedora,

<sup>9</sup> Pé-de-Meia. Disponível em <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/pe-de-meia>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

intimista e favorável ao ambiente escolar, considerando o acesso e a permanência de mais idosos nas turmas de EJA.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No limite do texto, discutimos acerca da presença da maioria de pessoas jovens na EJA dos municípios do Maciço de Baturité, no Ceará. Destacamos aspectos ligados aos dados censitários da educação que nos mostraram um retrato do número de matriculados e, por conseguinte, a faixa etária dessas pessoas que retornaram aos bancos escolares da EJA.

Destaca-se que a modalidade tem sido alcançada por uma juventude que, ao passar pelo ensino regular, não deu continuidade aos estudos. Essa interrupção, por quaisquer motivos, ganha relevância nos estudos da educação de jovens e adultos que tem a finalidade de reparar uma dívida social com os que passaram pela escola convencional e não permaneceram, assim como tem o dever de garantir uma educação em condições dignas e adequadas à aprendizagem e, sobretudo o direito de ter o direito de estudar e aprender ao longo da vida.

Essas finalidades voltadas à educação de jovens e adultos reiteram as funções reparadora, equalizadora e qualificadora previstas no Parecer CNE/CEB n. 11/2000 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. No documento, a modalidade deve alcançar realidades sociais distintas, culturas diferentes e diversificadas presentes fora dos muros da escola e dialogar com os espaços das salas de aula da EJA.

Sendo assim, marcadores sociais da juventude nas questões de raça, gênero, sexo, vulnerabilidade social, família, violência entre outros, entrecruzam os cenários das práticas pedagógicas e os currículos das escolas de EJA. Talvez essas questões expliquem um pouco mais a existência de muitos jovens no retorno à escola da EJA que, pelos números de 2018, foram significativos na região do Maciço do Baturité, no Ceará, *locus* da pesquisa.

No entanto, nos anos seguintes e não por acaso, os governos subsequentes que fortaleceram o apagamento e negligenciaram a modalidade, somadas à emergência sanitária da Covid-19 dos anos de 2020 a 2022, aproximadamente, dão mostras da redução gradativa que a

educação de jovens e adultos tem sofrido ano a ano e, na esteira, a redução do número de jovens na comparação de 2018 e 2022.

Os dados da pesquisa apontaram para novos caminhos promissores à medida que a retomada do governo Lula têm dado mostras do avanço das políticas de educação para a EJA com os exemplos do Programa Pé-de-Meia, Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, equiparação do Fator de Ponderação nos recursos da EJA, retomada de programas de alfabetização e, por conseguinte, nos incentivos aos estados e municípios em investirem esforços no desenvolvimento educacional e social do país, considerando a promoção do direito à educação aos que buscam o reconhecimento da cidadania pela certificação e formação escolar e humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)> Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE 11/2000:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2000. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PCB11\\_00.pdf?query=Escolas](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PCB11_00.pdf?query=Escolas)>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Belo Horizonte, v. 1, n.0, p.55- 67, ago. 2007.

DI PIERRO, Maria Clara. **A atualidade das políticas de EJA**. In: Escola pública: Práticas e pesquisas em Educação. Santo André, SP: UFABC, 2024. p. 163-171.

FERREIRA, L. C. A escolaridade dos pais dos estudantes da educação de jovens e adultos em debate. **Revista Diálogo Educacional**, v. 24, n.80, p. 230-242, 2024.

FERREIRA, L. C.; ARAÚJO, J. . 'Muitos só querem aprender a assinar o nome': desafios e perspectivas da relação com o saber ensinar leitura e escrita na Educação de Jovens e Adultos.. **REV. TRIANGULO**, v. 16, p. 56-75, 2024.

FERREIRA, L. C.; MONTEIRO, A. M. S. ; PEREIRA, P. B. L. . **Uma educação para mais jovens que adultos: a produção da pesquisa e da extensão na UNILAB**.. In: Geranilde Costa e Silva; Maria do Socorro Moura Rufino; Joaquim Torres Filho. (Org.). Pesquisa e desenvolvimento: desafios e oportunidades em ciência, tecnologia e engenharia.. 1ed.Fortaleza: Imprece, 2020, v. 1, p. 337-351.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017 - 2023**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed, Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

MIRON, Kerén Talita Silva; SCHARDOSIM, Chris Royes. Juvenilização da EJA: possibilidades e desafios na escolarização. **EJA em Debate**, v. 10, n. 17, 2021.

SAMPAIO, C. E. M.; HIZIM, L. A.. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, p. 271–298, maio 2022.

SPOSITO, M. P; CARRANO, Paulo Cesar. Juventudes e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16 - 39, São Paulo, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, São Paulo, v. 57, p. 210-226, 2003.

---

*Recebido em: 24/3/2024.*

*Aceito em: 6/11/2025.*

*Publicado online em: 25/3/2025.*